

O livro imaginário: resposta a um comentário a *Marx, Espinosa e Darwin: pensadores da imanência*

MAURÍCIO VIEIRA MARTINS*

Ao receber meu exemplar do número 50 da *Crítica Marxista* – edição comemorativa –, vi que nele havia, mais do que uma resenha, um extenso comentário sobre meu livro *Marx, Espinosa e Darwin: pensadores da imanência*.¹ Num primeiro momento, senti-me honrado que isso acontecesse precisamente numa edição especial da revista. Contudo, terminada a leitura do texto, escrito pelo doutorando Diego Lanciote, o entusiasmo inicial transformou-se, por várias razões, numa decepção. Lanciote não só me atribui afirmações que de modo algum faço em meu livro como contradizem frontalmente o sentido do argumento ali desenvolvido.

O objetivo deste escrito é proceder ao esclarecimento das questões do referido comentário, tendo em vista especialmente aqueles leitores que não conhecem meu livro. O intuito, aqui, é que tais leitores se sintam motivados a tomar contato com uma reflexão que, longe de ser só minha, envolve todos aqueles que se perguntam *como foi possível o pensamento religioso, que invoca um sentido transcendente para os fenômenos que aborda, ganhar tamanha força nos dias de hoje*. É neste sentido que Marx, Espinosa e Darwin – certamente com imensas diferenças entre si – comparecem como aliados para o fortalecimento de uma perspectiva imanente de análise, que busque decifrar o “espírito da situação sem espírito”, na formulação clássica de Marx. Cabe mencionar que este meu mesmo livro já foi objeto

* Professor do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. E-mail: mauriciovieira9@gmail.com

1 O livro vem a ser o volume III da Coleção do Niep-Marx da UFF, publicado pela Ed. Consequência. No momento, ele encontra-se esgotado, mas sua versão digital pode ser acessada no site do próprio Niep-Marx: <http://www.niepmarx.blog.br/Colecao%20NIEP-Marx%20v.3.pdf>.

de resenhas que muito me honraram, apresentando um horizonte radicalmente distinto daquele fornecido pelo comentário de Lanciote. Facilmente localizáveis na internet, tais resenhas foram publicadas no site *marxismo21*, nas revistas *Verinotio e História, Ciências, Saúde* (da Fundação Oswaldo Cruz), tendo sido escritas, respectivamente, por João Martins de Abreu, Vitor Sartori e Ricardo Waizbort.

Questões de ordem geral

Inicialmente, duas observações introdutórias. A primeira é que a confusa apreciação de Lanciote – contrariando qualquer procedimento elementar de análise – não cita nenhum trecho de meu livro, o que torna extremamente difícil estabelecer um debate sobre bases textuais verificáveis.² Assim, quando o comentarista afirma que endosso uma proposta que visa estabelecer uma “clivagem”, uma “separação entre homem e natureza” (Lanciote, 2020, p.223), ou ainda, que minha análise “introduz novamente o fundamento secularizado da teologia através da teleologia” (p.222), fica claro que *ele dialoga com um livro imaginário, em tudo e por tudo distinto daquele que efetivamente escrevi*. Adianto desde já: um dos motivos recorrentes ao longo do meu argumento é precisamente criticar a artificialidade da clivagem entre humanidade e natureza, seja em Marx, em Espinosa ou em Darwin. Da mesma forma, busco colocar em evidência – sempre com referência textual nos autores analisados – que teleologia não deve ser confundida, de forma alguma, com teologia; por óbvio, trata-se de categorias que devem ser diferenciadas.

A segunda observação introdutória diz respeito ao fato de o comentário abordar, em tom pejorativo, um número extremamente reduzido das questões que analiso no livro (que foram substituídas por uma profusão de preocupações – deslocadas – do próprio comentarista). Basicamente, Lanciote diverge de algumas ressalvas que faço a Espinosa, e articula isso com um debate sobre teleologia e *emergência* (categoria que explicitarei a seguir). Neste procedimento, *fica de fora de sua apreciação a espinha dorsal do livro*: a constituição da categoria *imanência*, a polêmica com a metafísica transcendente, bem como toda a segunda parte do texto, que discute, a partir de uma perspectiva marxista, a formação de uma peculiar forma de subjetividade ao longo da história. Reputo relevante tal discussão, que fiz com o intuito de rebater as frequentes críticas ao pensamento de Marx como sendo uma forma de objetivismo. Ausente do comentário ficou também todo debate referente ao fortalecimento contemporâneo do criacionismo, bem como a análise de cunho mais empírico sobre o assunto realizada ao final do livro.

Isso posto, abordo a partir de agora alguns pontos de meu argumento que foram particularmente treslidos pelo doutorando. Começemos pelo teor da relação a ser mantida com este grande pensador que foi Espinosa. Vale frisar que as referências que faço ao filósofo são francamente favoráveis: ele comparece no debate como

2 A exceção é uma breve referência, descontextualizada, à expressão “série causal não linear”, único momento em que palavras minhas surgem explicitamente no texto de Lanciote (2020, p.221).

um aliado imprescindível para a decifração e o enfrentamento de várias formas de obscurantismo. Enfatizo que Espinosa nos deixou categorias de análise que, em sua teia imanente, podem e devem ainda hoje ser acionadas de modo produtivo. Mas isso não é suficiente para meu comentarista.

Assim, quando em função de algumas ressalvas que faço ao filósofo, Lanciote – um espinosano apaixonado – reclama que a teoria da imaginação de Espinosa é “mais radical até mesmo que a do jovem Marx” (Lanciote, 2020, p.219), meu crítico luta com moinhos de vento. Trata-se de elaborações feitas num debate com interlocutores distintos (diferentemente de Marx, Espinosa não abre uma polêmica com a economia política por razões históricas muito evidentes), *problemáticas* distintas, que só podem ser articuladas se preservadas em sua fisionomia singular.

Na verdade, o que fiz foi ponderar – desenvolvendo indicações existentes na literatura internacional – que alguns elementos presentes no pensamento de Espinosa merecem ser retificados (o que não significa aboli-los). Com efeito, o surgimento de contribuições posteriores ao filósofo nos convida a ter uma perspectiva algo distinta da assumida por ele mesmo: assimetria incontornável entre nós, sujeitos do século XXI e um pensador que produziu sua obra no século XVII. Dito de outro modo, não proponho uma hagiografia de Espinosa – ele não carece disso –, mas, antes, a sua interlocução com questões do nosso momento histórico.

Textos célebres de G. Bachelard (1972) – já recepcionados em setores do debate marxista – nos alertam que, para nos aproximarmos melhor de um saber, não basta conhecer a estrita articulação interna de seus conceitos. É preciso ultrapassar o recinto conceitual em que um pensador se move rumo a uma interlocução com o saber contemporâneo que sobre ele se debruça. É o estudo do *presente* de um debate – por mais desconcertante que isso possa parecer – que permite um melhor acesso ao seu passado.

Apenas como ilustração: na polêmica com os filósofos de sua época, que seccionavam a sociedade humana de seu pertencimento natural, Espinosa afirma que também a cidade é uma “coisa pertencente à natureza” (Spinoza, 2020, p.19), devendo ser visualizada enquanto tal. Este eixo interpretativo, extremamente fecundo no século XVII, demandará considerações suplementares nos séculos vindouros.

Sem negar, de forma alguma, a fundação natural da *civitas*, o que pensadores posteriores como Marx mostram é que, sobre esta base insuprimível, desenvolvem-se relações progressivamente mais complexas. Como afirmo em meu livro: “longe de erigir uma muralha chinesa separando nossa espécie de sua determinação natural, tal entendimento apenas considera que a determinação originária sofreu sucessivas alterações ao longo do transcurso histórico” (Martins, 2017, p.107). Vê-se que não suponho uma “clivagem” com a natureza, como afirma Lanciote, mas aponto para a elaboração, por parte de Marx, de uma rede categorial apta a dar conta das relações próprias ao modo de produção capitalista. Valor, mais valor, dinheiro, trabalho concreto, e notadamente, trabalho abstrato, tais são al-

gumas das categorias desenvolvidas (e retificadas) por Marx em seu debate com a economia política.

Constar isso não retira um único milímetro da grandeza de Espinosa: ele foi e continua sendo um vértice insuprimível em qualquer debate sobre imanência. Apenas nos alerta para o fato de que mesmo na Holanda do século XVII – país conhecido por seu forte desenvolvimento mercantil –, ainda não estava disponível uma teorização mais robusta sobre certas relações basilares de uma economia capitalista. Quando Marx desenvolve sua teoria do valor (o novo objeto do mundo, na expressão de Wolfgang Maar), ele se beneficia de um complexo trajeto realizado pela economia política no século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX.

Assim é que o pesquisador contemporâneo, informado pelo impacto e pelas ramificações do “valor que se valoriza” (o capital), quando lê hoje algumas passagens de Espinosa não pode deixar de notar que o filósofo invoca uma causalidade natural³ onde, a rigor, o que existe é uma peculiar formação social que, emergindo a partir de uma base natural, adquiriu uma lógica que já não é idêntica à de seus momentos formadores.

Com isso, chegamos à categoria da *emergência*, tão mal interpretada pelo meu comentarista. Em síntese apertada, emergência significa o surgimento de relações e momentos categoriais novos no âmbito do ser, a partir de uma base natural fundante que, embora não suprimida, torna-se progressivamente modificada. Desde que interpretada em sentido materialista, a *Aufhebung* – superação que conserva – pode ser aproximada, em sentido lato, da referida categoria. Vê-se então que ela não é apanágio da biologia, e nem tampouco pretende oferecer explicações biologizantes para relações sociais. Já no Prefácio de *Marx, Espinosa e Darwin*, menciono que um Richard Dawkins – etólogo contemporâneo – pode ser facilmente surpreendido num biologismo reduutivo, que não é de forma alguma a proposta de meu texto. A referência à biologia se dá no registro de uma proibidade intelectual que nos faz indicar as fontes a partir das quais se desenvolve e modifica um argumento. O passo seguinte é apontar exatamente para as transformações que a noção de emergência recebeu, não por parte de um biólogo, mas sim por G. Lukács. A partir de indicações presentes em Marx, o filósofo húngaro ao final de sua vida analisou como, a partir do trabalho e da linguagem, o desenvolvimento do ser social consiste em “substituir determinações naturais puras por formas ontológicas mistas, pertencentes à naturalidade e à socialidade [...]” (Lukács, 2012, p.289).⁴

Em 2020, vemos um exemplo dramático de mais um emergir de fenômenos que só podem ser analisados nesta tessitura na qual convergem determinações diversas. A pandemia gerada pelo coronavírus ilustra de modo contundente como

3 Além da passagem de Espinosa já citada, o capítulo 2 de meu livro aprofunda esta discussão (Martins, 2017, p.63-90).

4 Lukács enfatiza as “condutas de vida especificamente humanas que, embora através de amplas mediações, emergem do trabalho” (Lukács, 2013, p.126), mesmo sem nominar explicitamente uma teoria da emergência.

fenômenos que parecem surgir prioritariamente do mundo natural são na verdade “formas mistas” cada vez mais complexas. A este respeito, é instrutiva a leitura dos trabalhos de Rob Wallace, que há anos pesquisa o enlace entre a agroindústria e o surgimento de novas endemias. Lembrando que mesmo “as espécies de subsistência mais selvagens estão sendo enredadas em cadeias de valor agro-econômicas”, Wallace (2020) é enfático ao demonstrar a articulação da pandemia com os circuitos capitalistas de valor. Para o entendimento do processo, podemos acrescentar, o primeiro passo é investigar sua *gênese terrena*, imanente, recusando uma explicação transcendente, precisamente aquela que proliferou entre religiosos de diferentes matizes.

“Nossas classificações não de se transformar cada vez mais em genealogias”, escreve Darwin numa passagem incisiva de *A origem das espécies* (Darwin, 2002, p.378), expressando já no século XIX seu projeto de investigar a gênese imanente das diferentes espécies. Não satisfeito apenas com as classificações fenotípicas, Darwin desvenda suas origens como que obliteradas por sucessivas transformações temporais. Esta é talvez uma das intenções mais profundas do darwinismo: o naturalista nos mostra que, ao invocar Deus como criador das diferentes espécies, a doutrina criacionista apenas desloca o problema que pretendia investigar.

A recusa do criacionismo, por seu turno, nos dá oportunidade de esclarecer por que razão G.W.F. Hegel não foi incluído no título de meu livro (embora este notável pensador seja devidamente creditado em vários momentos do texto).⁵ Assim, quando D. Lanciote escreve que “Hegel é também um pensador da imanência” (Lanciote, 2020, p.220), tal afirmação precisa ser imediatamente articulada com o registro de que este filósofo estava ainda comprometido com uma singular doutrina criacionista, responsável pela moldura mais geral de seu argumento. Se é verdade que para Hegel o desenvolvimento do *conceito* é imanente – como ele sublinha na *Ciência da Lógica* –, já no que diz respeito ao tema que me propus examinar, predomina em sua filosofia uma explícita defesa da metafísica cristã, que afirma a criação do mundo a partir do nada (Hegel, 2010, p.61). Nas palavras do próprio Hegel, “esse conteúdo [a verdade revelada] é a *exposição de Deus como Ele é em sua essência eterna antes da criação da natureza e de um espírito finito*” (ibid., p.29). Desnecessário lembrar que foi o próprio Marx quem apontou para o caráter *místico* da dialética hegeliana, o que não o impediu de absorver seu cerne racional (como se pode ler no Posfácio de *O capital*).

Esclarecido um dos critérios que balizaram o escopo da investigação de *Marx, Espinosa e Darwin* (escolha prioritária de autores comprometidos com um imanentismo forte), sua sequência será dada pelo seguinte esclarecimento. Ao investigar complexidades emergentes, há que considerar que *sua gênese não exaure*

5 Como em sua imensa contribuição para se pensar a *contradição* e as determinações de reflexão (Martins, 2017, p.55-59). Desenvolvo com mais vagar o tema da complexidade do aporte de Hegel para o pensamento de Marx em meu artigo Hegel, Espinosa e o marxismo: para além de dicotomias (Martins, 2020).

a configuração atual. Será preciso aliar a pesquisa dita genética – que investiga a origem de uma formação – à complexidade progressivamente constituída. Esta última não pode ser simplesmente derivada da primeira. Disso trata o capítulo 8 de meu trabalho, “História e teleologia em Darwin e Marx”. Ali, encontra-se a resposta às objeções de Lanciote quanto à presença da teleologia no argumento, que pareceu-lhe invocar o recurso às antigas causas finais.

Longe disso. Na verdade, o debate gira em torno da questão: o surgimento de novos momentos categoriais no ser se dá dentro dos moldes de uma teleologia, de uma atividade orientada por uma finalidade? Esclareço por diversas vezes que é preciso distinguir o âmbito das ações dos indivíduos (e das classes sociais) da resultante, não planejada, surgida de tais ações.

No primeiro caso, nas ações humanas, a postulação de finalidades é momento insuprimível da atividade social. E isso, não sou eu quem afirma, mas Marx em várias passagens de sua obra. Talvez a mais conhecida seja aquela de *O capital*, onde ele distingue o “pior arquiteto da melhor abelha”, pelo fato de o primeiro orientar seu trabalho a um fim já representado idealmente, pois “a atividade laboral exige a vontade orientada a um fim” (Marx, 2013, p.256).

Este sóbrio reconhecimento de que a postulação de finalidades é uma das marcas distintivas da espécie humana certamente não significa, como supõe Lanciote (2020, p.222), tomar a teleologia como “fundamento secularizado da teologia”. Pela razão muito simples de que *a resultante das ações humanas é imprevista e não teleológica*: o choque entre diferentes sujeitos e classes sociais resulta em processos incontroláveis, mesmo que não aleatórios. À medida que Marx formula o caráter expansivo do valor em busca de sua realização, ele nos mostra também que este circuito não é teleológico. A lei do valor age para além da vontade e do saber daqueles que estão submetidos a sua vigência. “Eles não sabem disso, mas o fazem” (Marx, 2013, p.149); anterioridade da práxis frente ao saber que a decifra. Nem suposição de uma história contingente, nem crença num teleologismo, mas antes uma história em aberto se fazendo: ela pode ser conhecida.

Objeções que não se sustentam

Até o momento, abordamos o desvio, por parte de Lanciote, das questões de fato centrais do meu livro, que foram apagadas por uma adesão muito unilateral ao pensamento de Espinosa. Examinemos agora algumas afirmações de seu comentário manifestamente equivocadas:

1. [...] a causalidade imanente tampouco seria propriamente um ‘plano’, sobretudo pelo seu teor metafórico e antropomórfico” (Lanciote, 2020, p.221).

A afirmação acima é feita para divergir de minha referência à categoria *plano de imanência*. Aqui, o equívoco é evidente. Não fui eu quem criou tal categoria, mas sim G. Deleuze e F. Guattari – conhecidos estudiosos de Espinosa, devida-

mente citados em meu trabalho – que utilizaram largamente tal expressão. Basta conferir o livro *O que é a filosofia?*, no capítulo intitulado precisamente “O plano de imanência”. Não por acaso, o principal filósofo a quem os dois autores recorrem para formular tal categoria é... B. Espinosa. Se Lanciote diverge disso, deve endereçar sua crítica não a mim, mas aos autores franceses.

2. “Espinosa concebe a necessidade como aleatória ou acidental, à maneira dos filósofos da *physis* ditos pré-socráticos” (Lanciote, 2020, p.221).

Convido o leitor a consultar a grande obra da maturidade de Espinosa, a *Ética*, e através de um mecanismo digital de busca, investigar a incidência de expressões como “necessidade acidental” ou “necessidade aleatória”. O resultado será igual a zero. Tais categorias simplesmente não existem no pensamento de Espinosa. Por isso é tão frequente entre os estudiosos a expressão “necessitarismo espinosista” (Gleizer, 2003), referindo-se ao seu consciente distanciamento das metafísicas da aleatoriedade. Nas palavras da carta LVI a H. Boxel:

me escapa por que razões te esforças em persuadir-me a crer que *fortuito e necessário* não são contrários. Tão logo observo que os três ângulos de um triângulo são, necessariamente, iguais a dois retos, nego também que isso se faz ao acaso. (Espinosa, 2016, p.563)

Gostemos ou não, a afirmação da necessidade do *infinito causarum nexu* (nexo infinito das causas) é vertente bem conhecida do pensamento do filósofo. Quando se atribui a Espinosa, como Lanciote o faz, a afirmação de uma “necessidade aleatória”, em nada se avança em seu entendimento: destrói-se o texto espinosano.

3. “A pressuposição da cisão sujeito/objeto é uma distinção de realidades exteriores uma à outra...” (Lanciote, 2020, p.219).

Lanciote afirma que pressuponho uma cisão entre sujeito e objeto, como realidades exteriores. O erro de interpretação é duplo: não pressuponho uma cisão sujeito/objeto, e tampouco afirmo que são realidades exteriores. Dentre os vários momentos de meu livro em que abordo o equívoco que consiste em supor tal exterioridade, menciono a recuperação da análise de Marx sobre as causas que permitiram que (o sujeito) Adam Smith fosse o responsável pela formulação do trabalho em sua generalidade:

A categoria *trabalho em geral* [...] só conseguiu ser elaborada por Adam Smith graças a um desenvolvimento histórico (e não apenas pela genialidade – de resto inegável – do economista), que encontrou sua contrapartida nas novas categorias da economia política. (Martins, 2017, p.137)

Foi o desenvolvimento histórico capitalista, realidade objetiva multifacetada, que teve sua contrapartida teórica na elaboração da categoria trabalho em geral. Marx contrasta a experiência de Smith com a de Aristóteles: vivendo numa Grécia escravista, este pensador não dispunha das condições objetivas para formular o trabalho em sua generalidade. Em vez de uma exterioridade entre o sujeito (e as classes sociais) e seu momento histórico, aponto precisamente para sua imersão nele, condição para que consiga produzir conhecimento.

4. “[...] tratar a filosofia de Espinosa – particularmente a *Ethica* – como uma ontologia, como interpreta o autor [M.V.M.], é inadequado” (Lanciote, 2020, p.217).

Mas não é isso o que pensam pesquisadores/as consagrados de Espinosa, como G. Deleuze,⁶ Vittorio Morfino, Laurent Bove, Marilena Chaui, dentre outros, que inúmeras vezes se referem à filosofia de Espinosa como uma ontologia. Vejamos:

Chaui: “A filosofia de Spinoza é uma *ontologia da necessidade* que se opõe à tradição teológica da metafísica como ciência do possível e do contingente”. (Chaui, 2012, p.18, grifos meus)

Morfino: “A expressão ‘*ontologia da relação*’ foi usada por Balibar tanto em referência à filosofia spinozana como em referência a Marx. Eu acredito que se trata de uma sugestão extremamente interessante [...]”. (Morfino, 2012, p.37, grifos meus)

L. Bove: “É a partir de uma *ontologia dinâmica da potência* que o conatus, para Spinoza, adquire um significado muito peculiar [...]”. (Bove, 2012, p.61, grifos meus)

É bem conhecida a origem tardia da palavra ontologia. Mas isso não impediu que ela adquirisse cidadania no debate filosófico, para evitar os inconvenientes do uso de *metafísica* (e também por contraste com a predominância da gnosiologia moderna). Já em sua origem, a metafísica estava comprometida com a afirmação de um *mais além*, realidade bimundana que precisamente uma ontologia imanente, teoria do ser, busca evitar. Aliás, caso a afirmação de Lanciote fosse correta, precisaríamos também riscar de todos os livros de filosofia antiga a expressão *ontologia parmenídica* – largamente utilizada na literatura –, sob o argumento estreito de que quando Parmênides escreveu seu poema, o vocábulo ontologia não existia. Salta aos olhos a esterilidade de tal procedimento.

5. “Mesmo o uso da noção de ontologia para interpretar os *Manuscritos de 44* [de Marx] é impróprio” (Lanciote, 2020, p.218).

6 “L’ontologie de Spinoza est dominée par les notions de *cause de soi, en soi et par soi*” (Deleuze, 1968, p.147).

Igualmente aqui, é muito fácil refutar esta afirmação taxativa de Lanciote. No que diz respeito a Marx, reiteramos a importância da já citada passagem de E. Balibar, onde ele demonstra seu apreço por uma *ontologia da relação* (perspectiva bem distinta daquela que supõe que uma ontologia se assemelha a um bloco monolítico). E podemos também destacar um pensador com opções muito distintas das de Balibar no marxismo. G. Lukács dedicou os últimos anos de sua vida a investigar a produtividade de uma perspectiva ontológica no estudo de Marx: “todos os seus [de Marx] enunciados concretos, [...] são ditos, em última análise, como enunciados diretos sobre certo tipo de ser, ou seja, são afirmações puramente ontológicas” (Lukács, 2012, p.281).

De um certo ponto de vista, *não é de mim que Lanciote diverge*, mas de Lukács, Balibar, Morfino, Deleuze, Chauvi e de todos aqueles que – por razões muito heterogêneas – apresentaram argumentos consistentes para não expurgar questões ontológicas de suas preocupações.

Seria fastidioso prosseguir nesta enumeração. A cada parágrafo do comentário de Lanciote surgem afirmações que não encontram contrapartida em meu texto.⁷ Fui levado a redigir o presente escrito tendo em vista sobretudo aqueles leitores da *Crítica Marxista* que não conhecem a obra, e que poderiam sentir-se desmotivados a lê-la se tivessem como referência apenas uma apreciação tão sectária.

Para tais leitores, gostaria de enfatizar que continua na ordem do dia a investigação sobre o fortalecimento das práticas e do discurso religioso nas últimas décadas. Se iniciamos o debate a partir de categorias desenvolvidas por pensadores proeminentes, seu desdobramento finda por colocar em evidência a articulação não corriqueira entre a demanda por transcendência e a lógica de expansão quase ilimitada do capital (que conforma também um tipo singular de subjetividade). Há quem se refira ao *capitalismo como religião* para designar esta configuração. Por tudo isso, relançar um projeto imanente, terreno, de transformação social continua sendo tarefa incontornável. É neste sentido que pensadores como Marx, Espinosa e Darwin (e certamente outros) têm uma contribuição seminal a oferecer: ela não se dá no registro de sua sacralização – armadilha a ser evitada –, mas, antes como parte de uma rica herança emancipatória que hoje ameaça naufragar.

Referências bibliográficas

BACHELARD, G. *L'engagement rationaliste*. Paris: PUF, 1972.

BOVE, L. Uma filosofia de resistência à dominação. *IHU On-Line*, n.397, 2012, p.61-66.

Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao397.pdf>>. Acesso em: 9/6/2020.

CHAUVI, M. Alegria do pensamento e liberdade. *IHU On-Line*, n. 397, 2012, p.15-23.

Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao397.pdf>>. Acesso em: 10/6/2020.

⁷ Não identifico “materialismo e realismo”, não deixo de levar em conta “o estudo *Hegel ou Espinosa* de P. Macherey” (como se pode ler já no capítulo 1 do livro).

- DARWIN, C. *Origem das espécies*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.
- DELEUZE, G. *Spinoza et le problème de l'expression*. Paris: Les éditions de Minuit, 1968.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- ESPINOSA, B. Epístola LVI. *Cadernos Espinosanos*, n.35, 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/epinosanos/article/view/114992/122009>>. Acesso em: 12/6/2020.
- _____. *Ética*. São Paulo: Edusp, 2015.
- GLEIZER, M. Considerações sobre o necessitarismo de Espinosa. *Analytica. Revista de Filosofia*, v.7, n.2, 2003, p.59-87.
- HEGEL, G. W. F. *The Science of Logic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- LANCIOTE, D. Marx, Espinosa e Darwin: pensadores da imanência. *Crítica Marxista*, n.50, 2020, p.215-224.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social*. V.I. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. *Para uma ontologia do ser social*. V.II. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARTINS, M. V. *Marx, Espinosa e Darwin: pensadores da imanência*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- _____. Hegel, Espinosa e o marxismo: para além de dicotomias. *Novos Rumos*, v.57, n.1, 2020, p.29-46. Disponível em: <<http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/10455/6508>>. Acesso em: 09/7/2020.
- MARX, K. *O capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MORFINO, V. Sob a insígnia de um mal entendido. *IHU On-Line*, n.397, 2012, p.36-42. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao397.pdf>>. Acesso em: 09/6/2020.
- SPINOZA, B. *Traité politique*. Disponível em: <https://pascontent.sedrati-dinet.net/public/traite_politique_appuhn.pdf>. Acesso em: 13/7/2020.
- WALLACE, R. Notes on a novel coronavirus. Disponível em: <<https://mronline.org/2020/01/29/notes-on-a-novel-coronavirus/#gsc.tab=0>>. Acesso em: 10/6/2020.

Palavras-chave: Marx; Espinosa; Darwin; má interpretação.

Keywords: Marx; Espinosa; Darwin; misreading.